



# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25





# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 Concórdia do Pará





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A  
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

**EXPEDIENTE**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização



# ÍNDICE

**Introdução**..... 8

**Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza**..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

**Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável**..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

**Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar**..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

**Objetivo 4 - Educação de Qualidade**..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

**Objetivo 5 - Igualdade de Gênero**..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

**Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento**..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23





	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível</b> .....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico</b> .....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura</b> .....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades</b> .....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</b> .....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis</b> .....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</b> .....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água</b> .....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre</b> .....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</b> .....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação</b> .....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)</b> .....	50
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027</b> .....	51



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25





# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2025) .....	50



# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Concórdia do Pará (PA)**.





# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Concórdia do Pará apresentou relativa estabilidade de 2019 a 2021, com valores próximos de 57% (2019: 57,9%, 2020: 56,6%, 2021: 56,0%). No entanto, em 2022 houve uma disparada expressiva, alcançando 91%, seguida de uma queda para 69,3% em 2023. Na RI Rio Capim, oscilou entre 43,9% (2019) e 63,1% (2022), recuando para 46,3% em 2023. No estado do Pará, o indicador variou de 41,8% (2019) a 59,4% (2022), encerrando o período com 43,8% em 2023. Esse comportamento evidencia os efeitos pontuais de

2022, provavelmente vinculados à crise socioeconômica pós-pandemia, com posterior tendência de recuperação (Gráfico 1).

O salto observado em 2022 foi significativamente mais acentuado no município, onde a taxa superou em mais de 30 pontos percentuais a média estadual. Mesmo com a redução no ano seguinte, a taxa de Concórdia permaneceu em patamar elevado. A RI Rio Capim e o Pará seguiram padrões semelhantes, porém com menor intensidade. O dado sinaliza fragilidade estrutural no município, com população altamen-

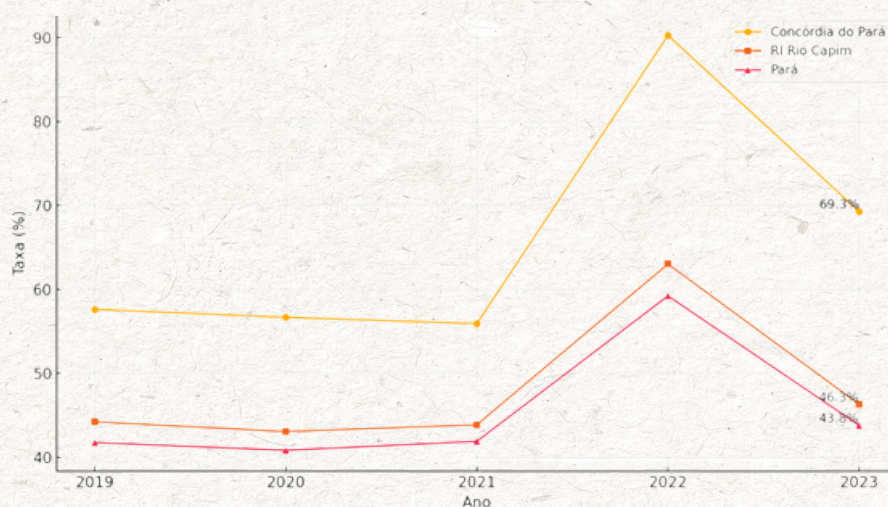






te vulnerável a choques econômicos, e sugere a necessidade de reforço de políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e apoio social contínuo (Gráfico 1).

**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

Concórdia do Pará apresentou crescimento contínuo nas despesas com serviços essenciais, partindo de 70,5% em 2019 para 75,5% em 2023. Esse aumento foi mais intenso entre 2021 (73,0%) e 2022 (75,2%), mantendo-se praticamente estável no último ano. Na RI Rio Capim, o percentual oscilou em torno de 66%, com pico em 2021 (67,4%) e mínima em 2022 (65,2%). No estado do Pará, o índice variou entre 59,2% e 63,0%, encerrando 2023 em 60,9% (Gráfico 2).

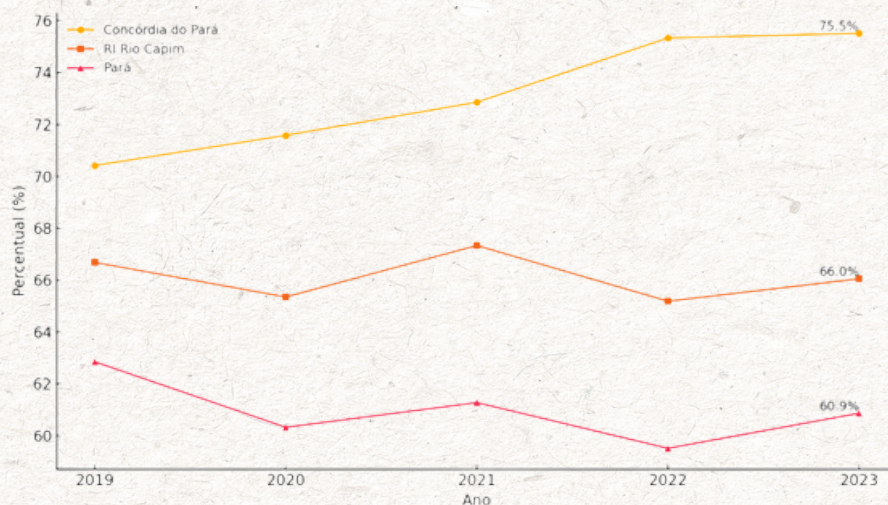
A elevação constante em Concórdia evidencia priorização crescente das áreas essenciais

tais como saúde, educação e assistência o que pode estar ligado a demandas provocadas pela crise social recente. O patamar mais elevado em relação à média estadual mostra comprometimento superior do orçamento local com setores fundamentais. Apesar disso, a taxa de pobreza ainda permanece alta, indicando que o aumento do gasto pode não estar sendo totalmente eficaz, ou que há um descompasso entre execução orçamentária e impacto social esperado (Gráfico 2).





**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

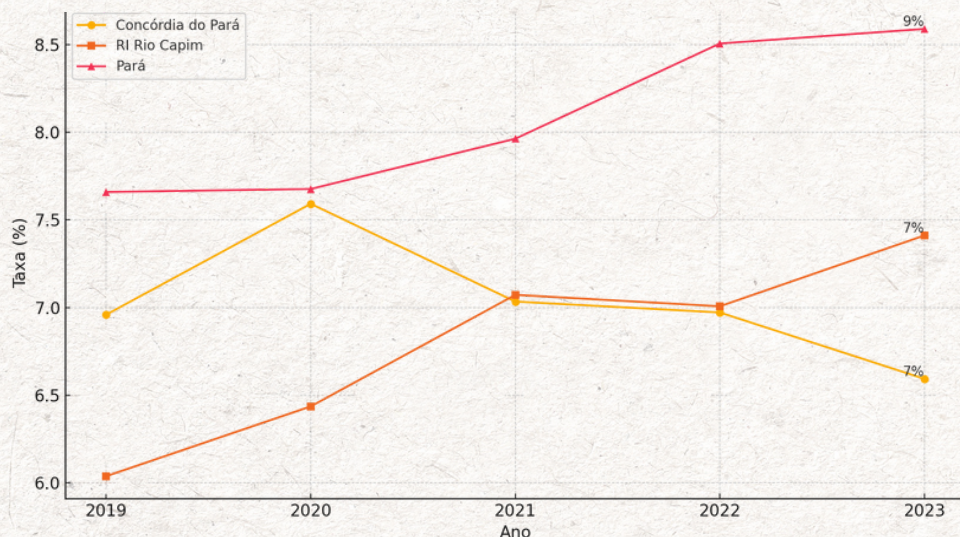
No município de Concórdia do Pará, a taxa iniciou em 7% (2019), subiu para 7,6% em 2020, mas caiu gradualmente até chegar a 7% em 2023. Já na RI Rio Capim, o indicador aumentou de 6,1% (2019) para 7% (2023), com crescimento mais acentuado até 2021. No estado do Pará, houve aumento consistente de 7,7% em 2019 para 9% em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (7,9%) e 2022 (8,5%) (Gráfico 3).

A redução no município con-

trasta com a tendência estadual, sugerindo melhora nos cuidados pré-natais e nutricionais em nível local. A estabilidade em Concórdia nos últimos dois anos indica possível consolidação de políticas de saúde materno-infantil. A elevação contínua no estado e na RI Rio Capim pode refletir desigualdades regionais no acesso a serviços de saúde, carências nutricionais ou registros mais eficientes de nascimentos com esse tipo de complicação (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

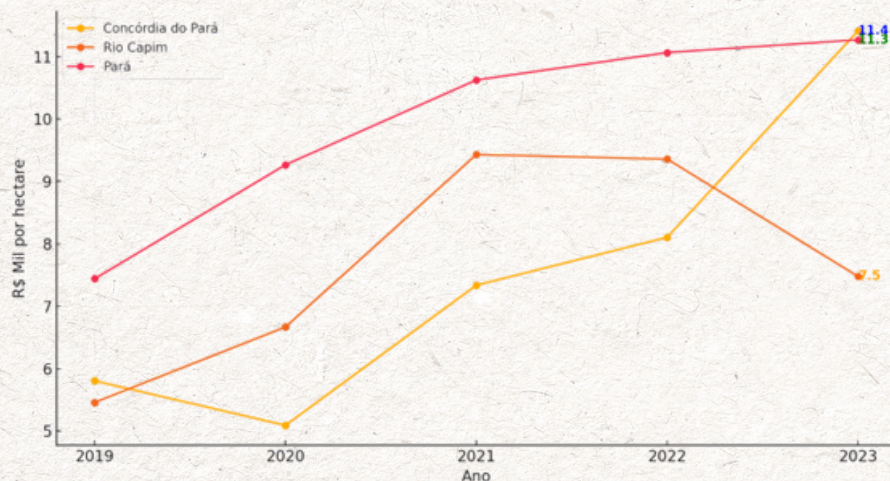


### Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Concórdia do Pará partiu de R\$ 5,9 mil/ha (2019), caiu para R\$ 5,1 mil/ha em 2020, e então cresceu continuamente até atingir R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Essa evolução foi mais acentuada entre 2022 e 2023, com salto de R\$ 8,1 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha. No mesmo período, a RI Rio Capim teve crescimento até 2021 (R\$ 9,4 mil/ha), mas caiu para R\$ 7,5 mil/ha em 2023. O estado do Pará mostrou crescimento estável, de R\$ 7,5 mil/ha (2019) para R\$ 11,4 mil/ha (2023) (Gráfico 4).

O crescimento robusto da produtividade agrícola em Concórdia sugere melhorias no uso da terra, acesso a insumos e práticas tecnológicas mais eficientes. Em 2023, o município quase igualou o desempenho do estado, superando a média da sua região de integração. Essa evolução pode estar associada a investimentos públicos e privados no setor, e apresenta um contraste positivo frente à alta taxa de pobreza, indicando que o setor agrícola pode ser uma via importante para geração de renda local (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.







# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

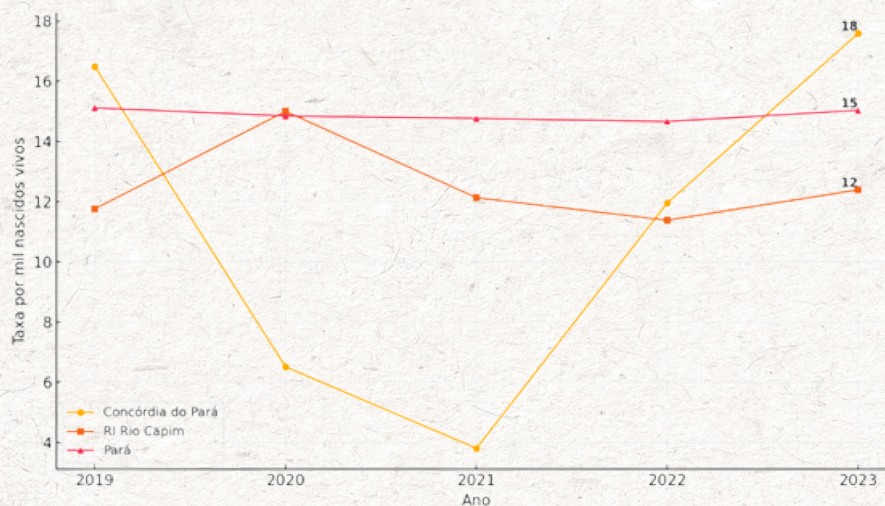
A taxa de mortalidade infantil em Concórdia do Pará caiu drasticamente de 16,5 em 2019 para apenas 3,8 em 2021, refletindo uma possível melhora momentânea na atenção básica e pré-natal. No entanto, a taxa voltou a subir de forma acentuada nos anos seguintes, atingindo 12,0 em 2022 e 18,0 em 2023 valor superior até mesmo ao registrado em 2019. Já a RI Rio Capim variou de 11,7 (2019) a 12,2 (2023), com estabilidade relativa. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se praticamente estável no intervalo, oscilando levemente entre 14,7 e 15,0 (Gráfico 5).

O comportamento de Concórdia demonstra grande oscilação e possível instabilidade na qualidade e cobertura dos serviços de saúde voltados à primeira infância. A queda abrupta até 2021 pode ser reflexo de intervenções pontuais ou falhas de notificação, enquanto o aumento posterior sugere deficiências estruturais persistentes. A estabilidade da taxa estadual e regional revela maior consistência em políticas públicas no nível macro. O salto para 18 mortes por mil nascidos vivos em 2023 deve ser considerado um alerta crítico para ações emergenciais no município (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Concórdia do Pará, o número de médicos por 10 mil habitantes caiu de 1,8 em 2019 para 1,1 em 2020, recuperando-se para 4,1 em 2022 e estabilizando em 4 em 2023. Esse crescimento representa avanços, mas ainda evidencia carência de profissionais de saúde. Na RI Rio Capim, o indicador subiu de 3,6 (2019) para 5,0 (2023), enquanto no estado do Pará cresceu de 8,5 para 11,0 no mesmo período (Gráfico 6).

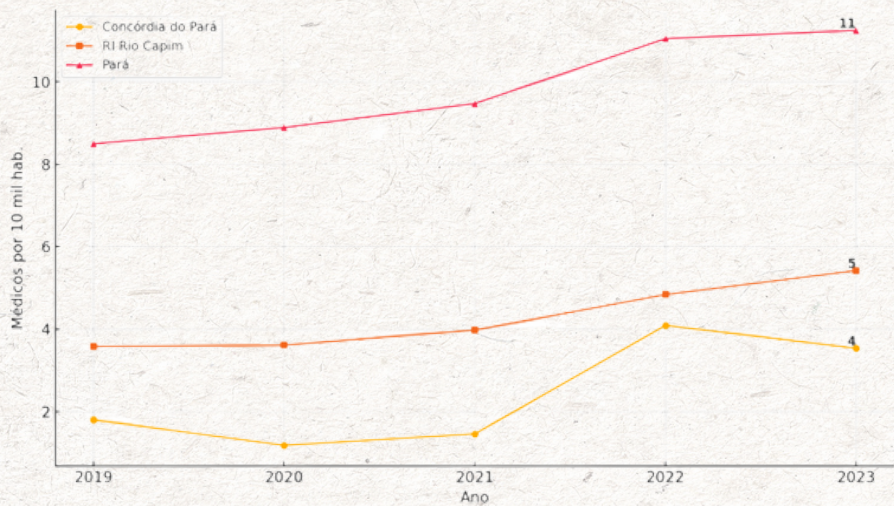
A evolução estadual demonstra uma ampliação contínua do acesso médico, resul-

tado de políticas como programas de interiorização. Entretanto, o nível municipal revela desigualdades marcantes, com Concórdia mantendo números significativamente abaixo da média estadual. A oscilação local pode ser reflexo da dificuldade de fixar médicos em áreas menos urbanizadas. O crescimento até 2022 é positivo, mas sua leve queda em 2023 reforça a necessidade de estratégias duradouras para garantir atendimento adequado e contínuo à população (Gráfico 6).





**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

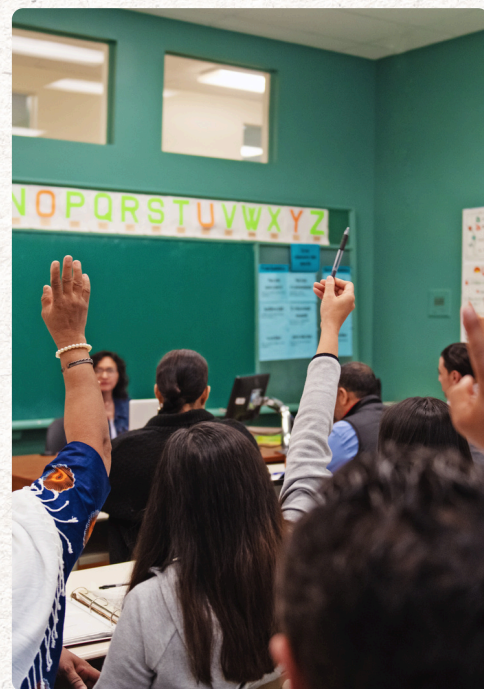
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Concórdia do Pará apresentou crescimento significativo de vagas no ensino público, passando de 267,4 em 2019 para 329,1 em 2022, seguido de uma leve queda para 293,1 em 2023. A RI Rio Capim variou de 219,0 (2019) para 209,8 (2023), com pico em 2022 (231,6). O estado do Pará manteve patamares mais baixos, com queda de 211,6 (2019) para 198,0 (2023), após um ligeiro crescimento em 2022 (218,6) (Gráfico 7).

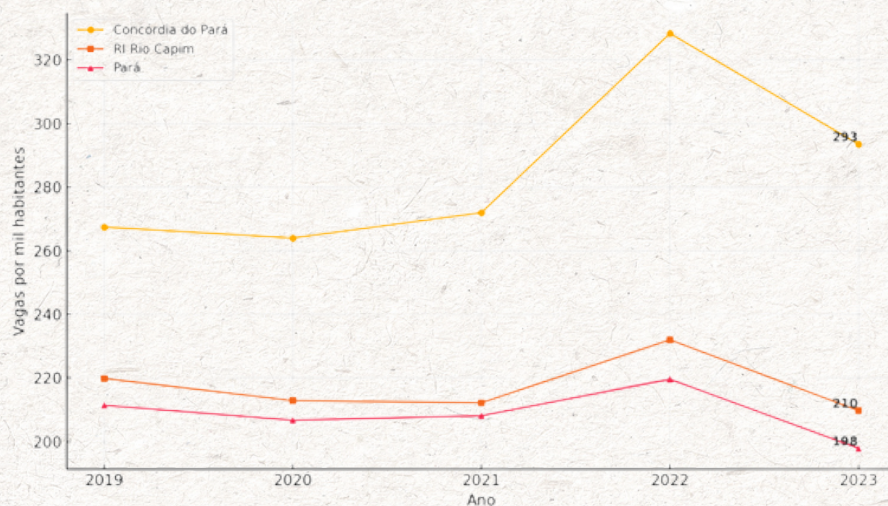
Esse desempenho coloca Concórdia em posição superior à média estadual e regio-

nal, indicando capacidade local de ampliação da rede pública de ensino. O crescimento pode ter sido impulsionado por abertura de novas turmas ou realocação de recursos educacionais. A retração em 2023, embora modesta, merece atenção para que o avanço anterior não se perca. Já o recuo estadual e regional pode estar ligado à queda da população escolar ou à fusão de escolas, o que exige avaliação sobre o impacto na qualidade e acessibilidade educacional (Gráfico 7).





**Gráfico 7** - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 293 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

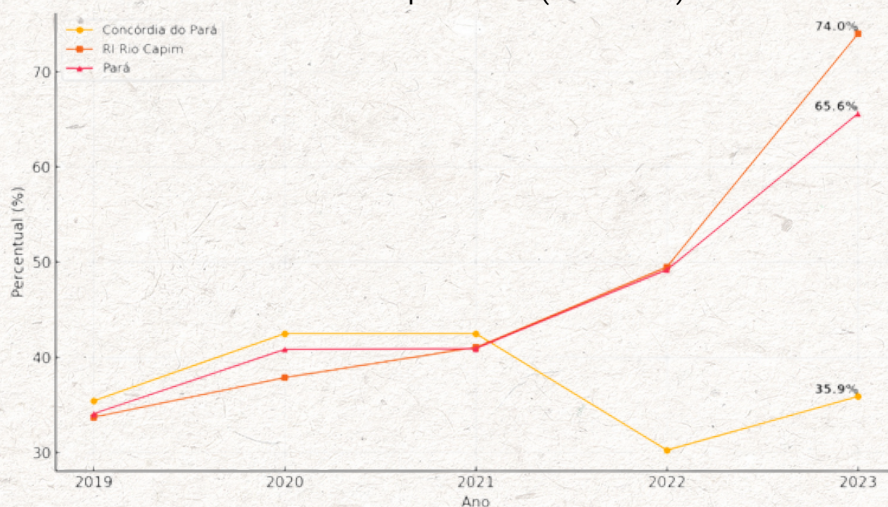
Concórdia do Pará registrou crescimento inicial no percentual de escolas com internet, indo de 35,4% (2019) para 42,2% (2020 e 2021). Entretanto, em 2022 ocorreu queda expressiva para 30,1%, com recuperação apenas parcial em 2023 (35,9%). Em contrapartida, a RI Rio Capim evoluiu de 33,8% (2019) para 74,0% (2023), enquanto o Pará avançou de 34,1% para 65,6% no mesmo intervalo (Gráfico 8).

O desempenho do município foi inferior aos demais níveis territoriais, especialmen-

te a partir de 2022, indicando perda de ritmo na inclusão digital escolar. A redução no acesso à internet pode ter comprometido a continuidade do aprendizado, sobretudo em contextos híbridos ou remotos. A recuperação parcial em 2023 sinaliza retomada, mas ainda aquém das metas estaduais. O contraste com o crescimento acelerado da RI e do Pará reforça a necessidade de investimentos locais urgentes na infraestrutura tecnológica das escolas públicas de Concórdia (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros



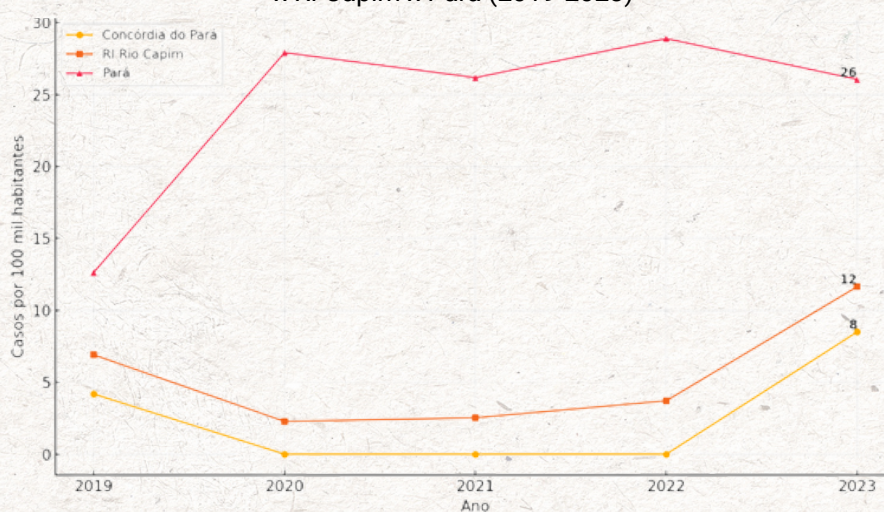
Em Concórdia do Pará, o indicador de violência contra a mulher por parceiros começou em 4,1 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para zero entre 2020 e 2022. No entanto, houve um aumento expressivo em 2023, quando os casos saltaram para 8,0. Na RI Rio Capim, o indicador foi de 7,0 (2019) para 2,4 (2020) e subiu gradualmente até alcançar 12,0 em 2023. No estado do Pará, os dados cresceram fortemente de 12,6 (2019) para um pico de 29,0 em 2022, recuando ligeiramente para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).





A oscilação extrema nos dados municipais pode refletir subnotificação ou flutuação real nos registros de violência doméstica. O crescimento observado em 2023 evidencia uma possível reversão de tendência e acende um alerta sobre a segurança e os direitos das mulheres na localidade. Em escala estadual, a curva é mais contínua e indica um aumento sustentado dos registros, o que pode estar relacionado tanto ao aumento da violência quanto à maior denúncia. A RI também seguiu esse padrão, revelando a necessidade de políticas integradas e permanentes para enfrentamento à violência de gênero (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

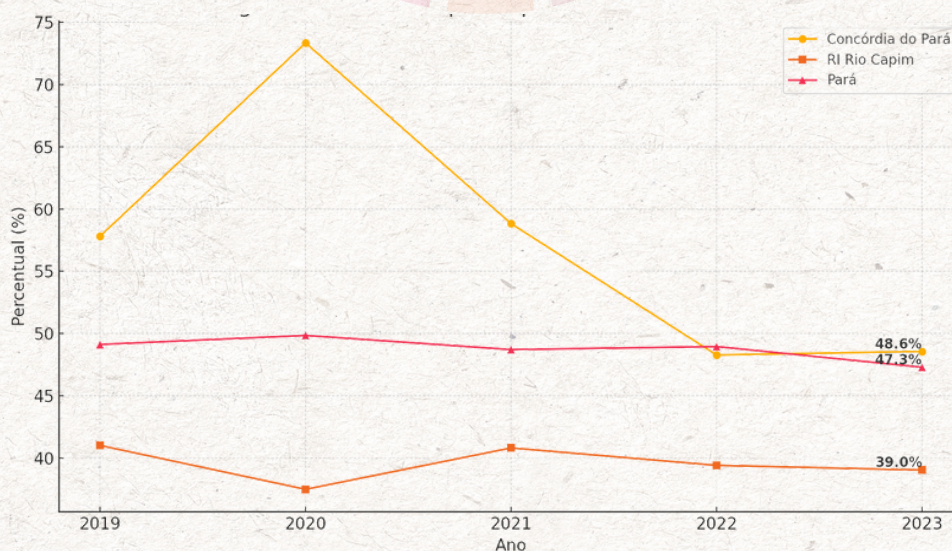
Concórdia do Pará apresentou grande variação no percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres, partindo de 58,0% em 2019 e alcançando 73,5% em 2020, maior valor do período. Contudo, essa taxa caiu sucessivamente, chegando a 48,6% em 2023. Na RI Rio Capim, os percentuais oscilaram em menor amplitude: de 41,0% (2019) a 39,0% (2023). Já o Pará manteve maior estabilidade, variando entre 48,8% (2019) e 47,3% (2023) (Gráfico 10).





A trajetória do município revela um pico atípico em 2020, seguido de uma queda que o aproximou da média estadual. Apesar disso, o valor final ainda se mantém acima da região e do estado. A RI Rio Capim mostra tendência de queda leve e contínua, refletindo pouca inserção feminina em posições de liderança. O estado, por sua vez, apresenta relativa paridade, com pouco avanço. Esse cenário indica a persistência de desigualdades estruturais no acesso das mulheres a cargos de decisão, com avanços localizados e retrocessos em sequência (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 6

## ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

### Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

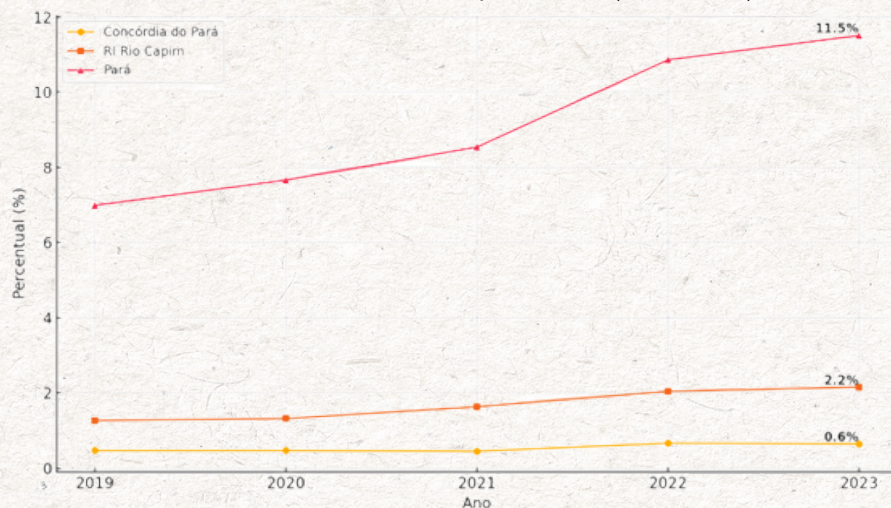
Concórdia do Pará registrou baixos percentuais de população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto: de 0,4% em 2019 a 0,6% em 2023, com crescimento discreto apenas em 2022 (0,7%). Na RI Rio Capim, o valor foi de 1,3% em 2019 e aumentou gradualmente até 2,2% em 2023. O estado do Pará apresentou evolução mais acentuada, saindo de 7,0% (2019) para 11,5% (2023), com destaque para o salto entre 2021 (8,5%) e 2022 (10,9%) (Gráfico 11).

O indicador revela graves déficits de infraestrutura sanitária para as camadas mais pobres da população, especialmente em Concórdia. A estagnação ao longo de cinco anos evidencia ausência de investimentos estruturais ou falhas na priorização das famílias em situação de vulnerabilidade. A RI e o estado mostram progressos, embora ainda com cobertura insuficiente. O contraste entre os territórios reforça a urgência de políticas locais mais efetivas voltadas à universalização do saneamento básico como direito humano fundamental (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto com saneamento per capita em Concórdia do Pará variou de forma instável entre 2019 e 2023. O valor caiu de R\$ 10 em 2019 para R\$ 3 em 2020 e R\$ 5 em 2021, subindo para R\$ 24 em 2022 e recuando novamente para R\$ 12 em 2023. Na RI Rio Capim, os valores foram crescentes: R\$ 43 (2019) para R\$ 62 (2023). No Pará, o aumento foi ainda mais expressivo, saindo de R\$ 80 para R\$ 137 no mesmo período (Gráfico 12).

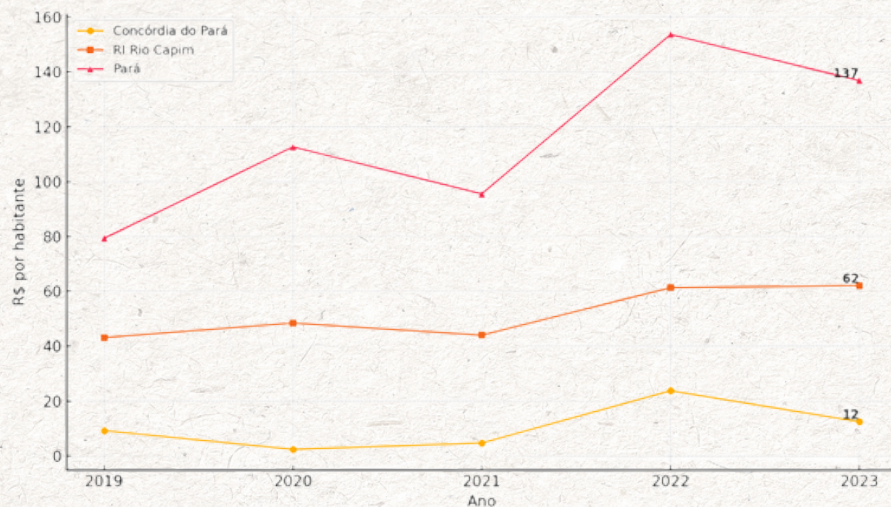
Essa instabilidade orçamentária em Concórdia compromete a expansão da infraestrutura

de saneamento, refletida nos baixos índices de cobertura observados no indicador anterior. A ampliação de recursos em 2022 não se sustentou em 2023, o que sugere dependência de transferências pontuais ou falta de continuidade nas ações públicas. A consistência regional e estadual aponta para maior prioridade no tema. Diante disso, é recomendável que o município adote políticas orçamentárias mais firmes e contínuas para garantir melhorias efetivas no saneamento básico (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



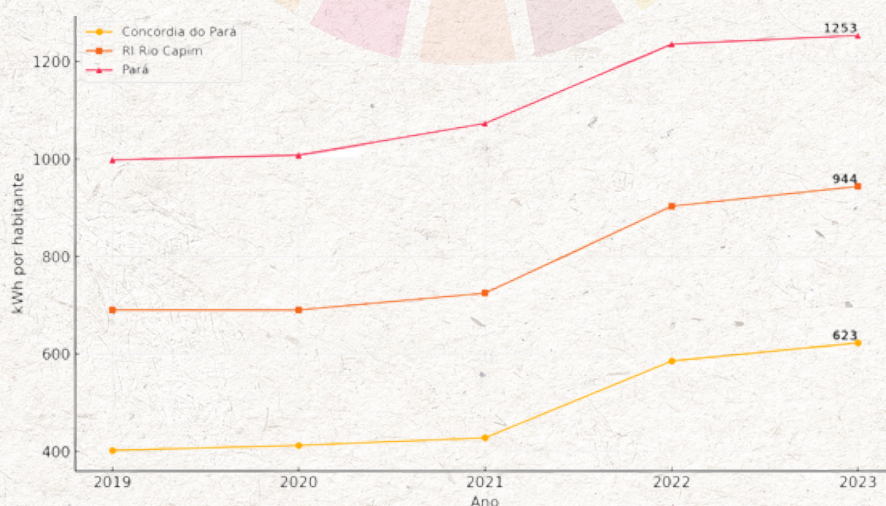
Em Concórdia do Pará, o consumo de energia elétrica per capita aumentou progressivamente entre 2019 e 2023. Partiu de 401 kWh/hab. em 2019, subiu para 415 kWh em 2020, 432 kWh em 2021 e teve salto para 582 kWh em 2022. Em 2023, atingiu 623 kWh/hab., evidenciando expansão no uso residencial e maior acesso à rede elétrica. A RI Rio Capim também cresceu de 692 kWh/hab. (2019) para 944 kWh/hab. em 2023, com destaque para o avanço entre 2021 (728 kWh) e 2022 (910 kWh) (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



No estado do Pará, o consumo per capita era de 999 kWh em 2019 e subiu para 1.007 kWh em 2020 e 1.088 kWh em 2021. Em 2022 houve crescimento expressivo, atingindo 1.237 kWh, com novo aumento para 1.253 kWh em 2023. O crescimento foi contínuo em todos os níveis, com o estado mantendo sempre os maiores valores. Embora Concórdia tenha registrado o menor consumo, seu crescimento relativo foi o mais acelerado, com aumento de 55,4% entre 2021 e 2023. Isso reflete melhorias no fornecimento de energia e possível avanço na eletrificação rural (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 623 kWh/ Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

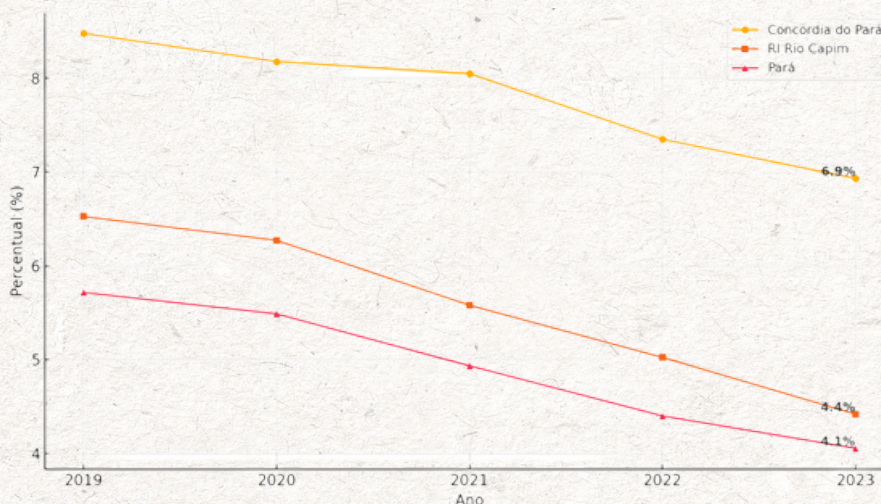
Em Concórdia do Pará, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil foi de 8,5% em 2019, caindo para 8,2% em 2020 e 8,1% em 2021. Em 2022, o índice teve uma redução mais significativa, atingindo 7,4%, e chegou a 6,9% em 2023. A queda total no período foi de 1,6 ponto percentual, evidenciando uma tendência de substituição de fontes precárias por eletricidade regular. A RI Rio Capim também mostrou queda expressiva, indo de 6,5% (2019) para 4,4% (2023) (Gráfico 14).



O estado do Pará apresentou os menores percentuais ao longo do período, partindo de 5,7% em 2019 e reduzindo para 5,5% (2020), 4,9% (2021), 4,4% (2022) e finalmente 4,1% em 2023. A trajetória decrescente nos três níveis territoriais mostra avanço na universalização do acesso à energia elétrica, mesmo para famílias vulneráveis. Apesar de Concórdia ainda estar acima das médias regional e estadual, a tendência de queda é evidente. O ritmo de melhoria, no entanto, ainda é mais lento no município, apontando a necessidade de intensificar políticas de inclusão energética (Gráfico 14).



**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,9% enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

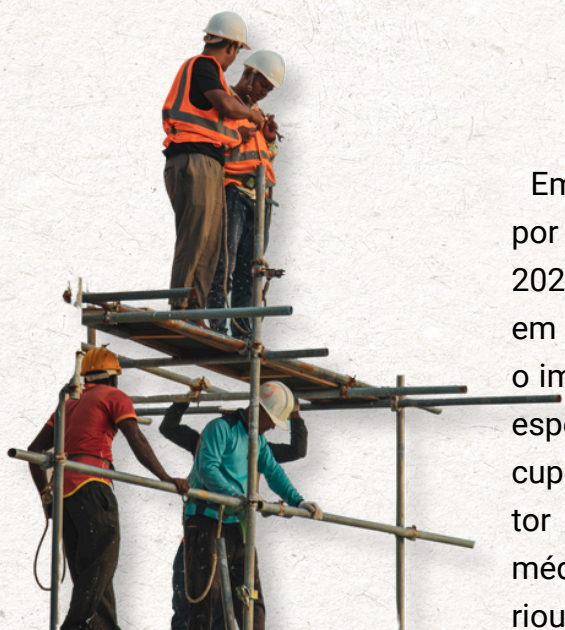


# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



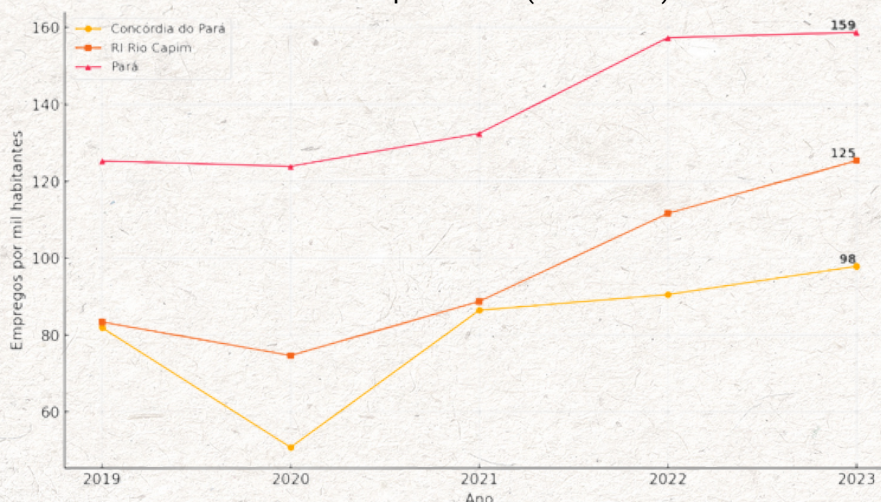
## Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Concórdia do Pará, a quantidade de empregos formais por mil habitantes iniciou em 83 (2019), caiu para 50 em 2020, mas teve recuperação consistente: 87 em 2021, 91 em 2022 e 98 em 2023. A queda acentuada em 2020 reflete o impacto direto da pandemia sobre o mercado de trabalho, especialmente em economias locais mais vulneráveis. A recuperação entre 2021 e 2023 mostra reação positiva do setor produtivo, embora o município ainda esteja abaixo das médias estadual e regional. Na RI Rio Capim, o indicador variou de 84 (2019) para 125 (2023), com crescimento mais linear (Gráfico 15).

O estado do Pará apresentou os maiores níveis ao longo do período, iniciando com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, mantendo-se em 124 em 2020 e subindo até 159 em 2023. O ritmo de crescimento mais intenso a partir de 2021 reflete a retomada econômica pós-pandemia e, possivelmente, políticas de incentivo ao emprego formal. A distância entre Concórdia e o estado cresceu, demonstrando desafios estruturais locais. Apesar da tendência positiva recente, o município ainda demanda políticas ativas de qualificação, diversificação econômica e atração de investimentos que gerem postos de trabalho com carteira assinada (Gráfico 15).



**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 98 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

Concórdia do Pará iniciou o período com um PIB per capita de R\$ 8.969 em 2018, caiu ligeiramente para R\$ 8.789 em 2019 e começou a crescer a partir de 2020: R\$ 9.493 (2020), R\$ 12.293 (2021) e R\$ 15.236 em 2022. O crescimento foi significativo nos dois últimos anos, indicando recuperação econômica e possível expansão de setores produtivos. Apesar da melhora, o município ainda apresenta os menores valores entre os três níveis analisados. A RI Rio Capim começou com R\$ 13.206 (2018) e avançou para R\$ 21.977 em 2022, com crescimento contínuo e sólido (Gráfico 16).

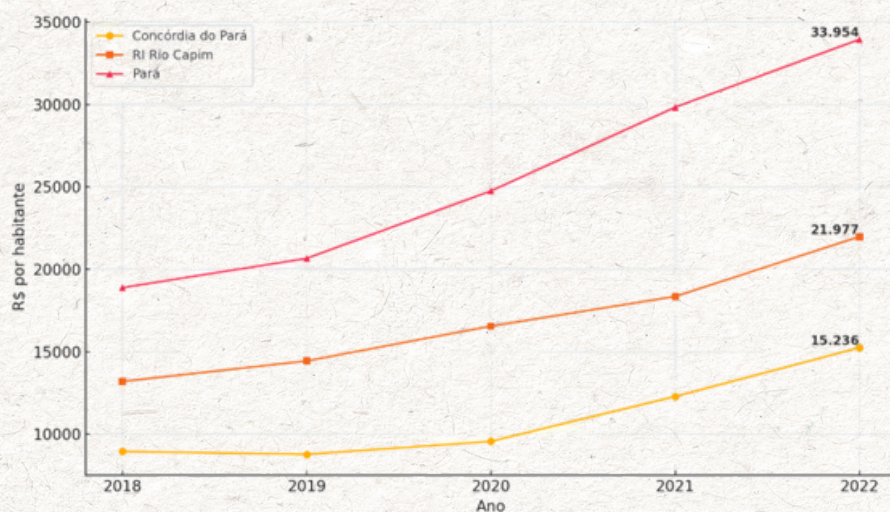


No estado do Pará, os dados apontam evolução expressiva: o PIB per capita cresceu de R\$ 18.909 (2018) para R\$ 20.635 (2019), R\$ 24.921 (2020), R\$ 29.899 (2021) e atingiu R\$ 33.954 em 2022. O crescimento estadual superou o ritmo regional e local, possivelmente influenciado pelo bom desempenho das exportações minerais e energéticas. Concórdia cresceu 69,6% entre 2020 e 2022, um resultado expressivo, mas ainda insuficiente para reduzir as desigualdades internas. O dado evidencia que o município precisa ampliar sua base produtiva para elevar seu nível de renda de forma sustentável (Gráfico 16).





**Gráfico16** - PIB per capita, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15.236/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



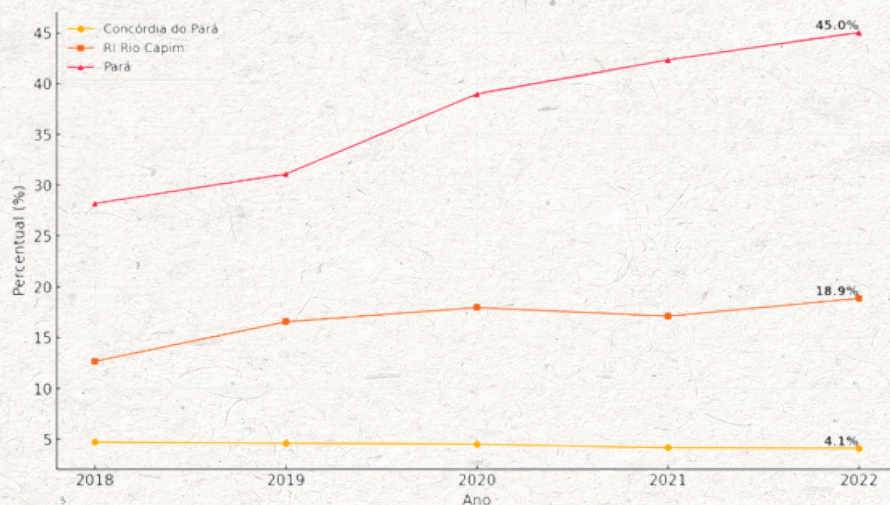
O indicador em Concórdia do Pará apresentou estabilidade em patamar muito baixo: 4,5% em 2018 e 2019, 4,4% em 2020, 4,0% em 2021 e 4,1% em 2022. Essa constância evidencia a reduzida participação da atividade industrial na economia local, sinalizando forte dependência de outros setores, como o agropecuário ou administração pública. Já a RI Rio Capim apresentou maior dinamismo industrial, subindo de 12,9% (2018) para 18,9% (2022), com pico de 18,2% em 2020. A indústria regional apresenta papel mais relevante na formação do PIB (Gráfico 17).

O estado do Pará teve crescimento acelerado: 28,2% (2018), 31,0% (2019), 38,9% (2020), 42,3% (2021) e 45,0% em 2022. Esse avanço se deve, em grande parte, à mineração, siderurgia e energia, concentradas em polos específicos do estado. A distância entre os dados de Concórdia e os demais territórios é expressiva, evidenciando ausência de estrutura industrial relevante no município. Para alterar esse cenário, seriam necessárias políticas voltadas à atração de pequenas e médias indústrias, valorização da cadeia produtiva local e melhorias em logística e qualificação da mão de obra (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Concórdia do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes caiu de 6,9 em 2019 para apenas 0,6 em 2020. Em 2021 houve recuperação para 6,5, mas o índice voltou a cair para 1,3 em 2022 e manteve-se nesse patamar em 2023. A trajetória demonstra forte instabilidade e baixos níveis de presença cien-



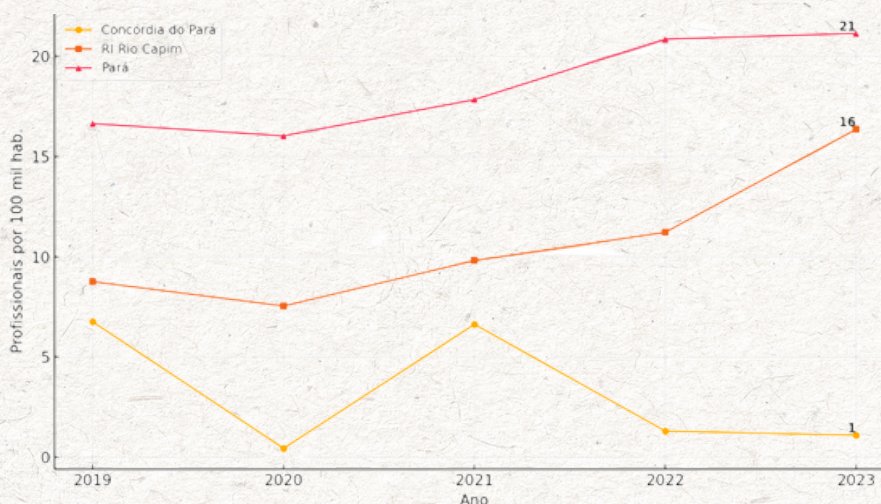
tífica no território. Já na RI Rio Capim, o indicador cresceu de 8,9 (2019) para 16,0 (2023), mantendo tendência de alta consistente (Gráfico 18).

No estado do Pará, o número de profissionais por 100 mil habitantes partiu de 16,6 em 2019, caiu levemente para 16,1 em 2020, e teve crescimento contínuo até 21,0 em 2023. O comportamento estadual e regional contrasta com a fragilidade observada em Concórdia. Isso evidencia um desequilíbrio territorial no acesso a oportunidades científicas e tecnológicas. A carência de profissionais especializados no município compromete a capacidade local de inovação, pesquisa aplicada e educação científica qualificada (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes,  
Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





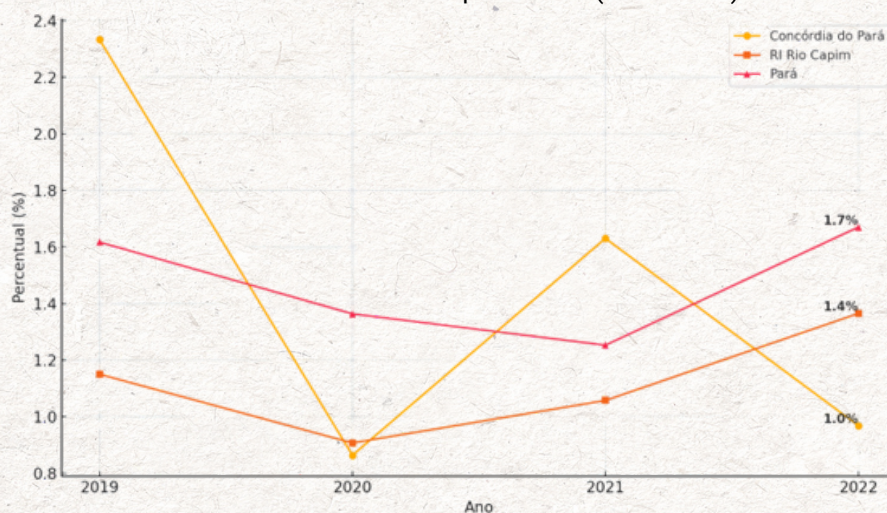
### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Concórdia do Pará, o percentual da massa salarial formal em relação ao PIB era de 2,34% em 2019, recuou drasticamente para 0,86% em 2020, subiu para 1,63% em 2021, mas voltou a cair para 1,00% em 2022. A oscilação sugere um mercado de trabalho instável, com impacto direto da pandemia e da estrutura econômica local. Na RI Rio Capim, o indicador manteve-se mais regular: 1,15% (2019), 0,91% (2020), 1,06% (2021) e 1,39% (2022), demonstrando leve crescimento após a crise sanitária (Gráfico 19).

No estado do Pará, a massa salarial dos vínculos formais caiu de 1,62% em 2019 para

1,36% em 2020 e 1,26% em 2021, mas cresceu para 1,71% em 2022. Embora o percentual estadual seja superior ao de Concórdia, o dado ainda revela que a remuneração dos empregos formais representa uma fração pequena do PIB. Isso pode refletir a presença de setores intensivos em capital e pouco geradores de renda salarial, como mineração. A queda em Concórdia indica que o crescimento do PIB local não se converteu proporcionalmente em melhores rendimentos formais para os trabalhadores (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),  
Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

Em Concórdia do Pará, o acesso à telefonia móvel cresceu de 35,5 linhas por 100 habitantes em 2019 para 40,7 em 2020, saltando para 55,1 em 2021. O avanço continuou em 2022, com 68,2, encerrando 2023 com 71 linhas por 100 habitantes. A Região de Integração Rio Capim teve trajetória semelhante, indo de 41,0 (2019) para 67,1 (2023), com destaque para o crescimento entre 2020 (44,5) e 2021 (59,9). Já o estado do Pará teve os maiores valores: começou com 79,7 em 2019 e fechou 2023 com 90 (Gráfico 20).

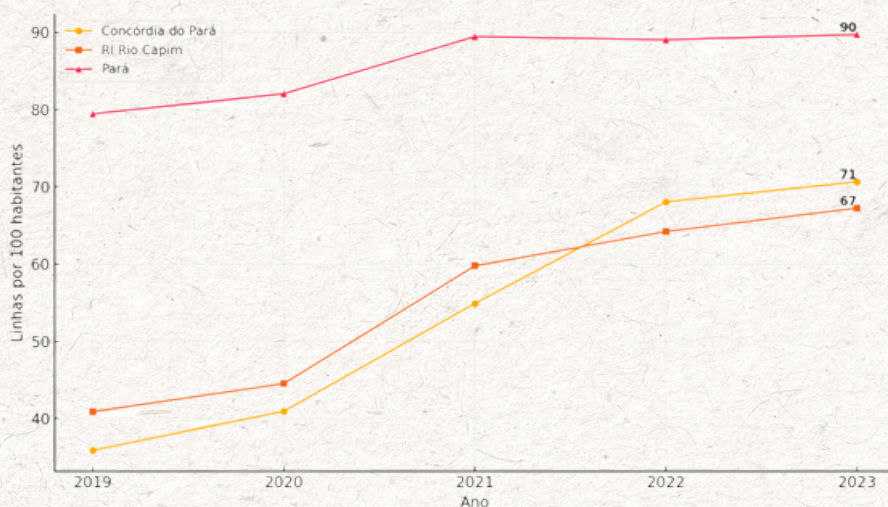
A evolução em Concórdia do Pará revela melhoria progressiva no acesso à telefonia celular, especialmente após 2020, o que pode estar relacionado à maior digitalização durante e após a pandemia. Embora tenha ultrapassado a média regional a partir de 2022, o município ainda está abaixo da média estadual. O crescimento expressivo entre 2020 e 2022 indica expansão da infraestrutura e aumento da demanda popular. O estado, por sua vez, manteve alta cobertura desde o início, com ligeira elevação no período. A tendência mostra convergência positiva, com redução da desigualdade no acesso (Gráfico 20).







**Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Concórdia do Pará, os gastos públicos por habitante com cultura e meio ambiente apresentaram forte crescimento ao longo do período. O valor saltou de R\$ 41,03 em 2019 para R\$ 62,67 em 2020, subiu novamente para R\$ 91,49 em 2021, depois para R\$ 138,18 em 2022, e alcançou o pico de R\$ 160,19 em 2023. Já a RI Rio Capim iniciou em R\$ 55,96 (2019), cresceu moderadamente até R\$ 58,79 (2020), teve leve recuo para R\$ 47,56 (2021) e avançou para R\$ 83,23 (2022) e R\$ 100,44 em 2023 (Gráfico 21).

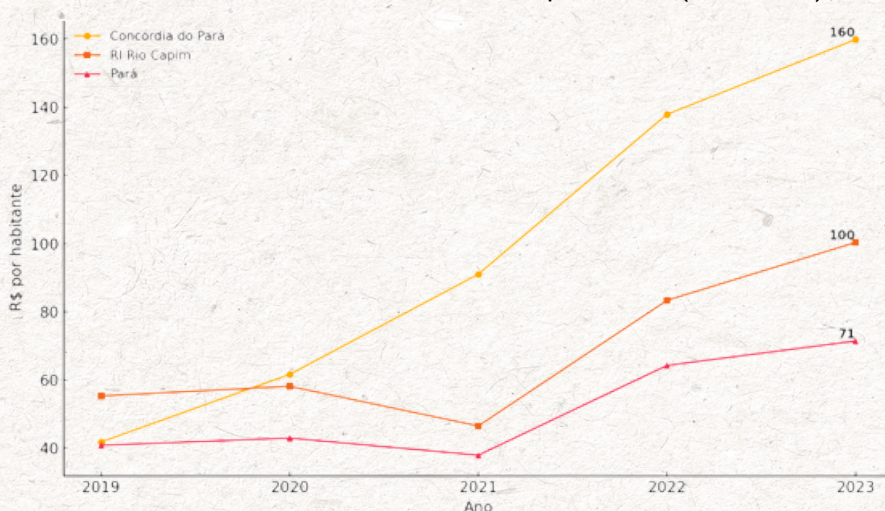
O estado do Pará teve trajetória menos in-

tensa, indo de R\$ 40,79 (2019) para R\$ 43,05 (2020), caindo para R\$ 37,28 em 2021 e crescendo até R\$ 64,25 (2022) e R\$ 71,05 em 2023. A partir de 2021, Concórdia passou a liderar os investimentos entre os três níveis analisados. O aumento de quase quatro vezes no período indica priorização local dessas áreas. No entanto, é essencial analisar se esse crescimento reflete efetiva execução e impacto das políticas públicas. A RI e o estado avançaram de forma mais tímida, embora também sigam tendência ascendente (Gráfico 21).





**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*





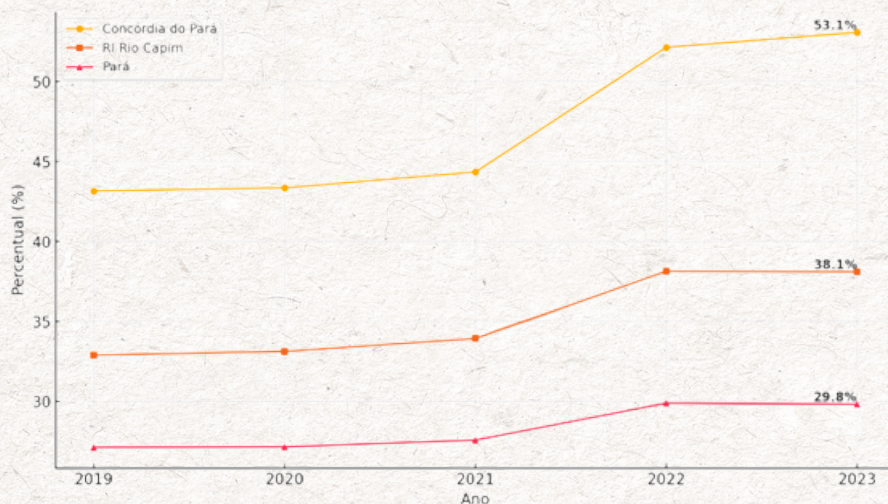
### Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Concórdia do Pará, o percentual de pessoas de baixa renda que adotam práticas inadequadas de descarte de lixo começou em 43,2% em 2019, manteve-se estável em 43,3% em 2020 e subiu para 44,4% em 2021. A partir de 2022, houve crescimento expressivo, chegando a 52,5%, com leve alta para 53,1% em 2023. Já na Região de Integração Rio Capim, os valores cresceram de 32,9% (2019) para 34,3% (2021), alcançando 38,1% em 2022 e mantendo-se nesse patamar em 2023 (Gráfico 22).

O estado do Pará apresentou os menores percentuais: 27,2% (2019 e 2020), 27,7%

(2021), e aumento para 29,8% em 2022 e 2023. O cenário em Concórdia é o mais grave entre os três recortes, revelando ausência ou deficiência de serviços públicos de coleta de resíduos nas áreas mais vulneráveis. A elevação a partir de 2022 sugere agravamento da situação ou perda de cobertura em determinados territórios. O comportamento oposto ao esperado de redução indica necessidade urgente de intervenção, com políticas de saneamento, educação ambiental e infraestrutura de coleta adaptadas à realidade local (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



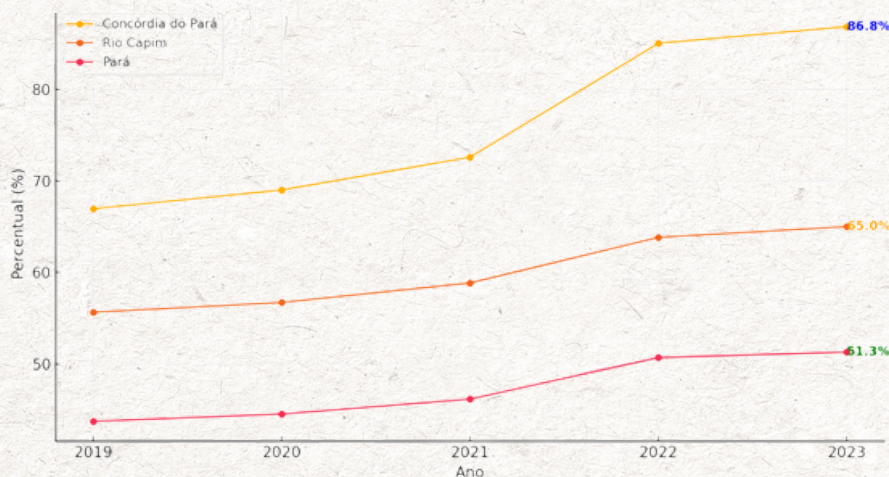
### População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Concórdia do Pará, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar era de 66,9% em 2019. O indicador subiu para 69,1% em 2020, 72,3% em 2021, e avançou expressivamente para 85,4% em 2022, atingindo 86,8% em 2023. Trata-se do valor mais alto entre os três recortes territoriais, com tendência crescente em todos os anos. Na RI Rio Capim, o indicador evoluiu de 55,6% (2019) para 65,0% (2023), também em alta contínua (Gráfico 23).

O estado do Pará apresentou os menores percentuais, mas ainda elevados: partiu de

43,7% em 2019 e aumentou para 51,3% em 2023, com crescimento contínuo. A trajetória de Concórdia evidencia um grave problema estrutural no saneamento básico entre as famílias de baixa renda. O avanço do indicador indica não apenas a persistência da situação, mas o agravamento, contrariando a meta de redução das desigualdades em infraestrutura sanitária. Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas urgentes voltadas à universalização do esgotamento sanitário, com foco nos grupos mais vulneráveis (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres

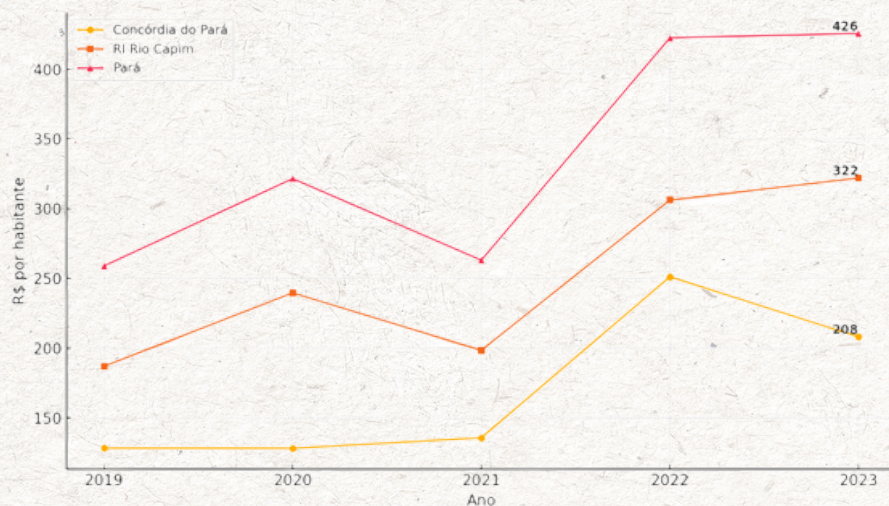
Em Concórdia do Pará, os gastos per capita com prevenção de desastres subiram de R\$ 127,66 em 2019 para R\$ 129,42 em 2020 e R\$ 136,77 em 2021. Houve um forte aumento em 2022, chegando a R\$ 249,87, seguido de queda em 2023, quando o valor ficou em R\$ 208,31. A RI Rio Capim teve comportamento mais constante, com R\$ 185,57 em 2019, aumento para R\$ 239,14 em 2020, recuo em 2021 (R\$ 198,37) e elevação nos dois anos seguintes, atingindo R\$ 322,44 em 2023. Já o estado do Pará começou em R\$ 258,41 e chegou a R\$ 426,43 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (R\$ 261,57) e 2022 (R\$ 423,62) (Gráfico 24).





O crescimento observado em Concórdia do Pará entre 2021 e 2022 pode indicar maior atenção à gestão de riscos e à mitigação de impactos ambientais. No entanto, a redução em 2023 sinaliza uma possível descontinuidade ou readequação orçamentária. Comparado à RI e ao estado, o município manteve os menores valores durante todo o período. Isso evidencia que, apesar de avanços pontuais, o investimento local ainda é insuficiente frente às necessidades. (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 208/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

Entre 2019 e 2023, Concórdia do Pará praticamente não registrou gastos significativos com preservação aquática até 2022, quando o valor foi de apenas R\$ 0,42, subindo para R\$ 3,00 em 2023. A RI Rio Capim teve comportamento semelhante, com valores praticamente nulos até 2021, um leve aumento para R\$ 1,46 em 2022 e R\$ 3,84 em 2023. Por outro lado, o estado do Pará apresentou gastos mais expressivos, saindo de R\$ 183,39 (2019) para R\$ 278,08 (2020), recuando para R\$ 222,56 (2021) e R\$ 179,88 (2022), antes de subir novamente para R\$ 287,02 em 2023 (Gráfico 25).

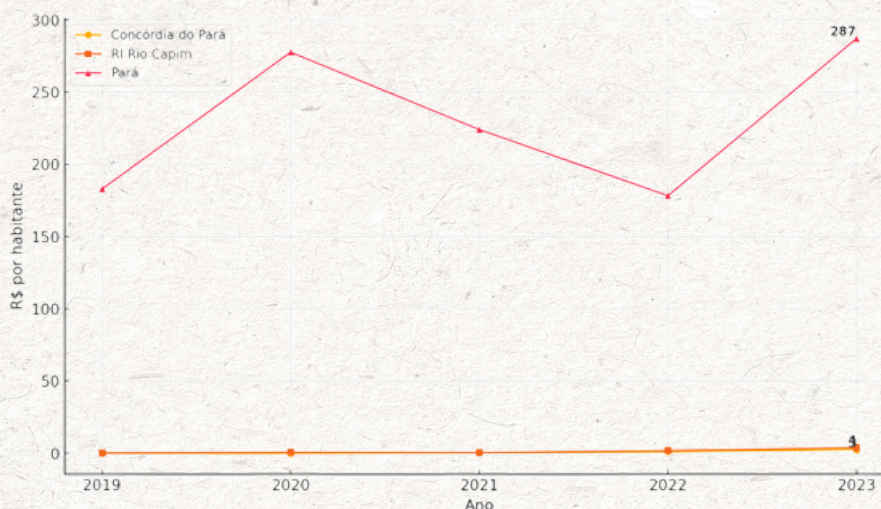
A comparação evidencia uma disparidade acentuada entre os níveis estadual e local no que se refere à proteção de recursos hídricos. Enquanto o estado demonstra continuidade e prioridade na preservação aquática, o município e a região de integração praticamente ignoraram esse eixo até 2022. O crescimento em 2023 em Concórdia e na RI Rio Capim, apesar de tímido, pode sinalizar um início de engajamento nessa área estratégica. Ainda assim, os valores são irrisórios frente aos riscos ambientais e ao peso da temática hídrica na Amazônia (Gráfico 25).

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*





**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

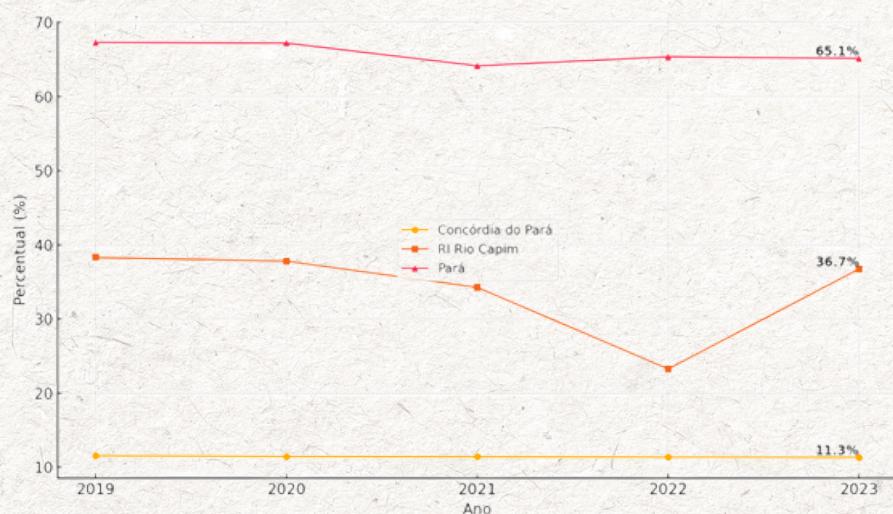
Em Concórdia do Pará, a área de floresta permaneceu praticamente inalterada, partindo de 11,3% em 2019 e mantendo-se nesse patamar até 2023. A RI Rio Capim apresentou variação mais significativa: de 38,4% (2019) e 37,8% (2020), caiu para 34,2% em 2021 e teve forte recuo em 2022 (23,6%), antes de recuperar-se parcialmente para 36,7% em 2023. Já o estado do Pará manteve níveis mais altos e estáveis: 67,5% (2019 e 2020), 64,7% (2021), 65,7% (2022) e 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A estagnação do percentual em Concórdia, em valores mui-

to baixos, indica que o município tem uma cobertura florestal bastante reduzida em relação ao seu território total. Esse cenário possivelmente resulta de ciclos de desmatamento consolidado, sem políticas efetivas de reflorestamento ou recuperação ambiental. A RI também sofreu uma forte redução até 2022, sugerindo degradação mais ampla, embora tenha sinalizado uma leve recuperação em 2023. O estado, por sua vez, manteve um nível relativamente alto, sinalizando maior resiliência florestal em termos proporcionais (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

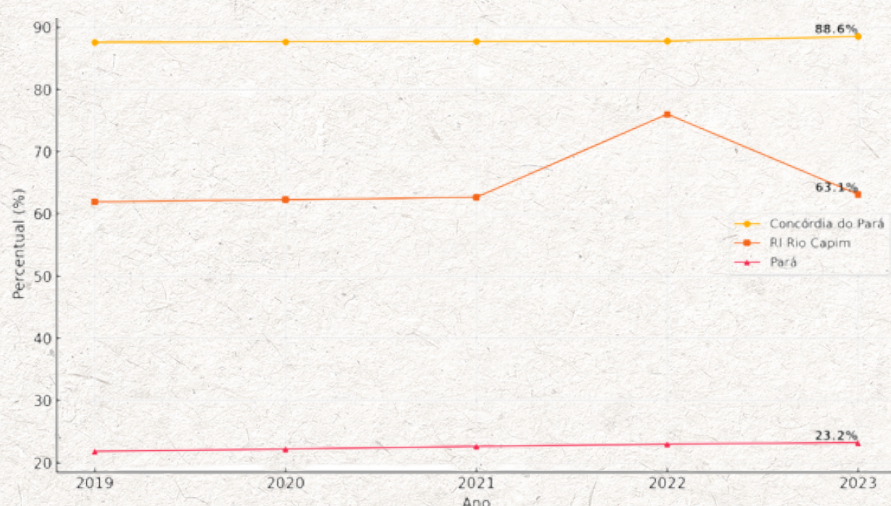
Em Concórdia do Pará, o percentual da área desmatada permaneceu extremamente elevado e constante ao longo do período: 88,6% de 2019 a 2023. A RI Rio Capim partiu de 62,1% (2019), teve leve alta para 62,9% (2021), saltou para 73,3% em 2022, antes de recuar para 63,1% em 2023. Já o estado do Pará apresenta os menores níveis comparativos, embora crescentes: 21,4% (2019), 21,9% (2020), 22,2% (2021), chegando a 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Os dados de Concórdia mostram uma situação ambiental

crítica: praticamente nove décimos do território já foi desmatado, sem sinais de reversão. Isso compromete não apenas os serviços ecossistêmicos, como também eleva a vulnerabilidade socioambiental diante de eventos climáticos extremos. A variação regional, com pico de desmatamento em 2022, sugere pressão ambiental acentuada naquele ano, com esforço moderado de contenção posterior. O estado, embora tenha aumento contínuo, ainda mantém níveis significativamente menores (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

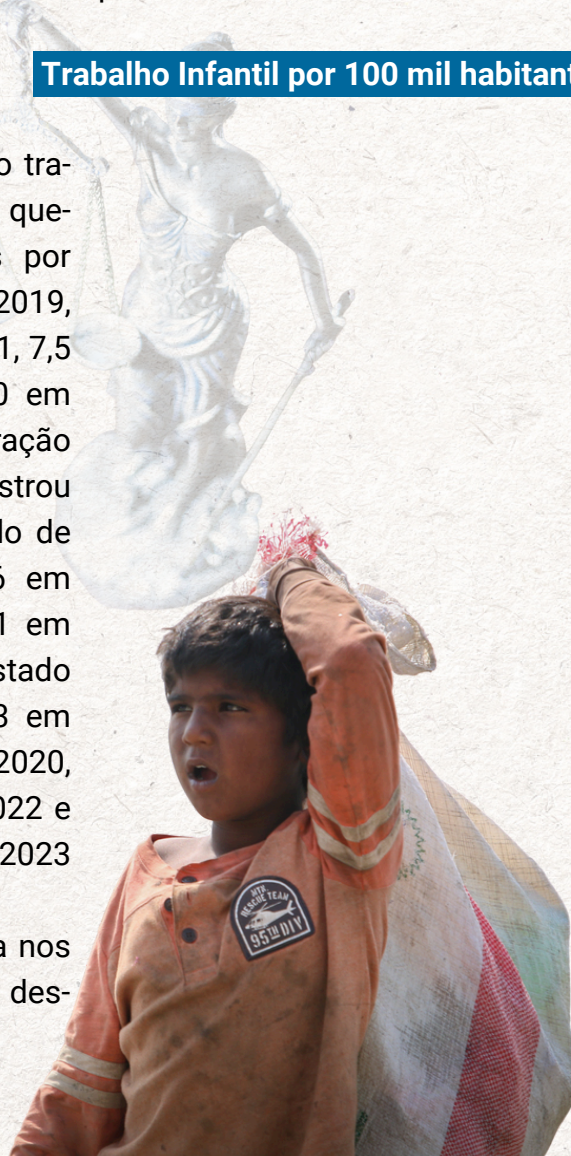
*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Concórdia do Pará, o trabalho infantil apresentou queda contínua: 18,1 casos por 100 mil habitantes em 2019, 14,9 em 2020, 8,9 em 2021, 7,5 em 2022 e chegou a 0,0 em 2023. A Região de Integração Rio Capim também mostrou redução expressiva, saindo de 31,9 em 2019 para 20,6 em 2020, 16,0 em 2021, 13,1 em 2022 e 9,1 em 2023. O estado do Pará iniciou com 39,3 em 2019, caiu para 32,2 em 2020, 22,6 em 2021, 16,8 em 2022 e finalizou com 10,9 em 2023 (Gráfico 28).

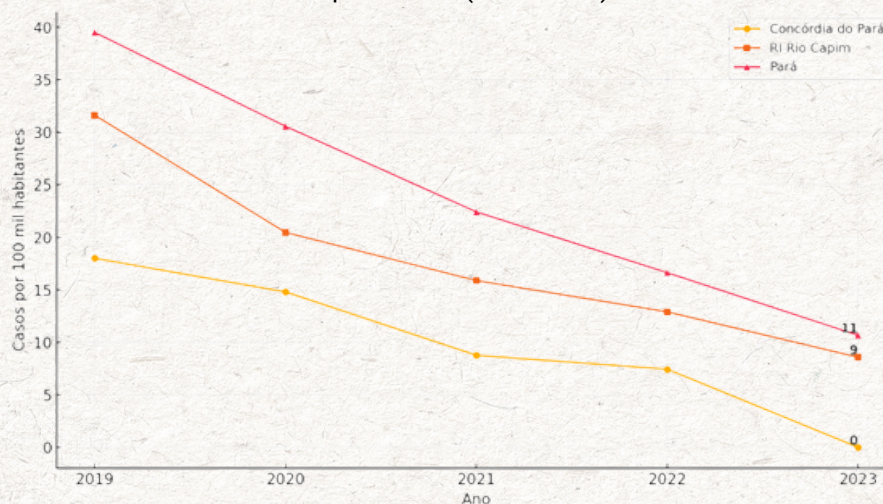
A queda foi generalizada nos três níveis territoriais, com des-

taque para o município de Concórdia, que erradicou o indicador em 2023. O declínio pode ser reflexo de políticas sociais mais efetivas, como ampliação do acesso à educação, programas de transferência de renda e combate à evasão escolar. A redução na RI e no estado também reforça esse cenário positivo. Apesar dos avanços, a continuidade dessas ações é essencial para evitar retrocessos. O dado de 0,0 em Concórdia precisa ser monitorado para confirmar sua sustentabilidade nos próximos anos (Gráfico 28).





**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Concórdia do Pará, a taxa de homicídios começou em 45,0 por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 38,5 em 2020, subiu para 44,0 em 2021, apresentou nova queda em 2022 com 33,5, e voltou a subir para 45,0 em 2023. A Região de Integração Rio Capim oscilou menos: 46,0 em 2019, 44,6 em 2020, 47,5 em 2021, 43,8 em 2022 e 47,0 em 2023. O estado do Pará seguiu trajetória descendente: 38,9 em 2019, 31,8 em 2020, 31,3 em 2021, leve alta para 34,3 em 2022 e nova queda para 31,0 em 2023 (Gráfico 29).

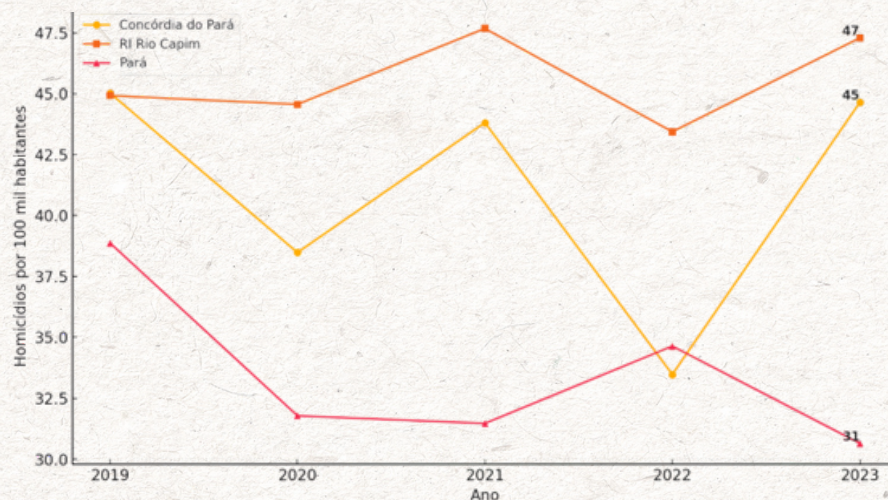
A tendência geral no estado é de queda,

mas tanto o município quanto a RI apresentam instabilidade, com elevação em 2023. Concórdia do Pará atingiu em 2023 o mesmo nível de 2019 (45,0), mostrando ausência de melhora efetiva no longo prazo. Já a RI Rio Capim se manteve em patamares elevados, com leve aumento final. O cenário exige atenção, pois os altos índices sugerem persistência da violência letal. Políticas públicas integradas e ações territoriais direcionadas são essenciais para reverter essa tendência (Gráfico 29).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

## ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*



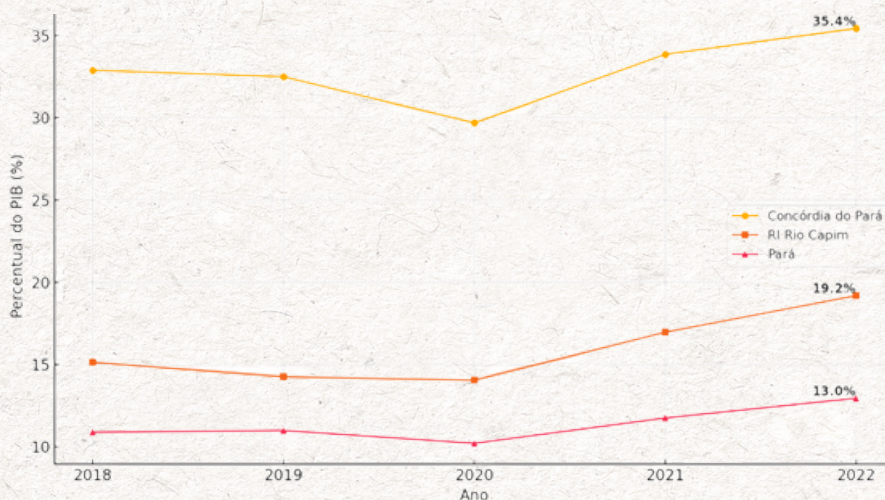


## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Concórdia do Pará apresentou uma variação relevante no gasto público em relação ao PIB. Em 2018, a taxa era de 32,9%, caindo levemente para 32,5% em 2019 e depois para 29,7% em 2020. A partir de 2021, houve crescimento expressivo, atingindo 33,9% e fechando em 2022 com 35,4%, o maior percentual do período. A Região de Integração Rio Capim teve trajetória semelhante, indo de 15,1% em 2018 para 19,2% em 2022, com queda em 2020 (14,1%) e recuperação posterior. Já o Pará teve variação mais contida, iniciando com 10,9% em 2018, mantendo-se estável até 2020 e crescendo para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O município sempre manteve os maiores percentuais entre os três recortes analisados, evidenciando maior participação do setor público na economia local. A queda até 2020 pode refletir efeitos da retração econômica ou ajustes fiscais, ao passo que o crescimento posterior sugere recuperação econômica e/ou ampliação de investimentos públicos. A RI e o estado seguiram tendência semelhante, embora em patamares mais baixos. A evolução positiva a partir de 2021 em todas as escalas pode estar relacionada ao incremento de repasses e expansão de políticas públicas pós-pandemia (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

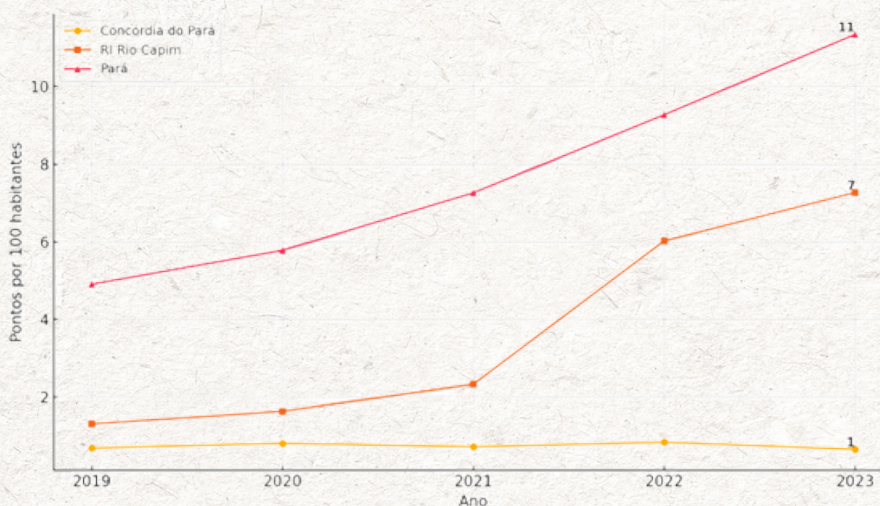


### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa no município de Concórdia do Pará teve comportamento praticamente estagnado ao longo do período. Em 2019, o município registrava 0,7 pontos por 100 habitantes, subindo marginalmente para 0,8 em 2020 e caindo novamente para 0,7 em 2021. Em 2022, houve uma leve alta para 0,9 pontos, encerrando 2023 com apenas 1 ponto por 100 habitantes. Em contraste, a RI Rio Capim teve crescimento expressivo: de 1,3 em 2019 para 7 pontos em 2023. O estado do Pará também avançou significativamente, partindo de 4,9 pontos em 2019 para 11 pontos em 2023 (Gráfico 31).

A comparação evidencia uma profunda defasagem do município em relação à sua região e ao estado. Enquanto o Pará e a RI apresentaram evolução constante e significativa, o município permaneceu praticamente no mesmo patamar, com variações irrisórias. A discrepância em 2023 é marcante: o estado possui uma taxa 11 vezes maior e a RI 7 vezes superior à de Concórdia. Isso pode indicar problemas de infraestrutura, falta de políticas públicas de inclusão digital ou baixa demanda em áreas remotas (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

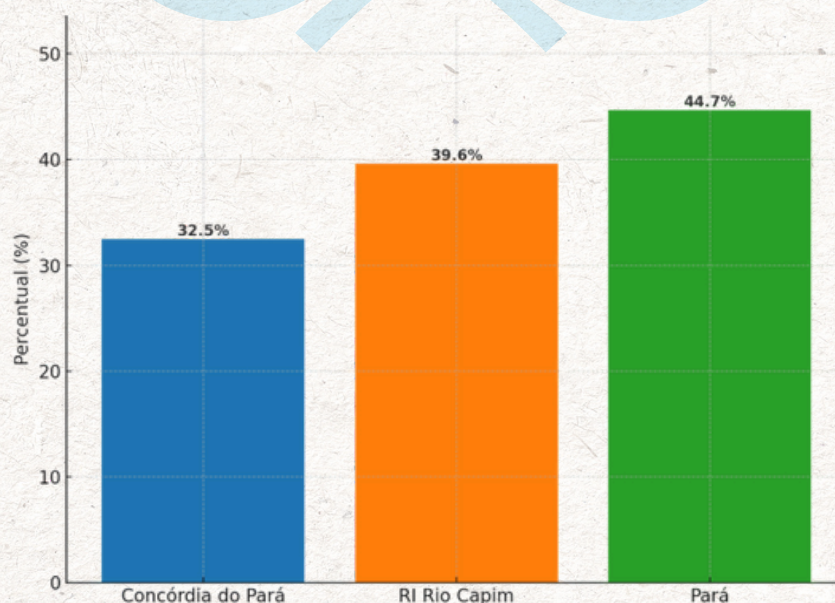


# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Concórdia do Pará** registrou um IDS de **32,5%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Concórdia do Pará x RI Capim x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.





# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.





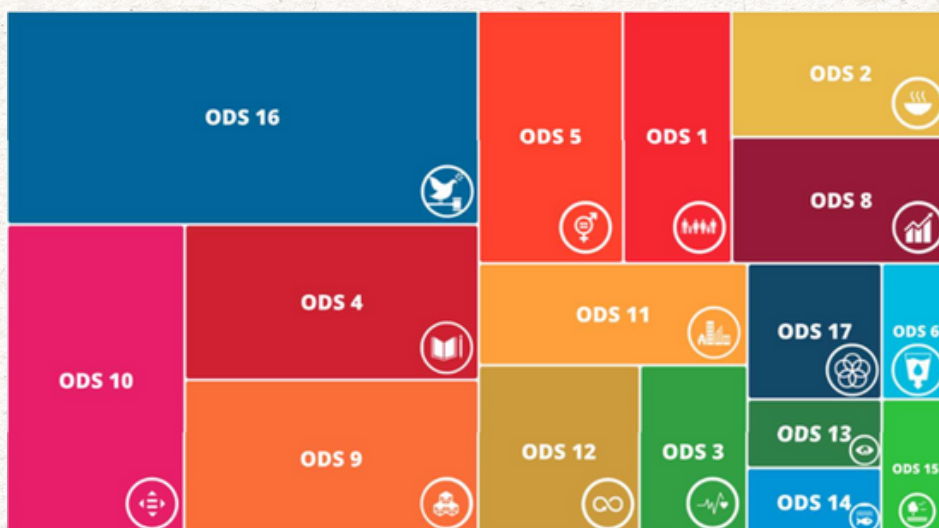
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.





A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).







Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos





dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Concórdia do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Concórdia do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.





Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).





## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

